



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

PRAÇA DA REPÚBLICA: CONFLUÊNCIAS DA CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

PRAÇA DA REPÚBLICA: CONFLUENCES OF CULTURE, HISTORY AND MEMORY

Naira Corrêa Alva¹

RESUMO

A cultura pode se apresentar nas relações e dinâmicas sociais. Para Santos (2023), a cultura envolve modos de vida, sentimentos, vivências e a percepção das dinâmicas ao nosso redor. Desse modo, os espaços públicos podem contar a história e a cultura de um povo. A Praça da República é um dos espaços de convívio social mais antigos de Mato Grosso do Sul. Apesar da relevância desse espaço, os estudos sobre história corumbaense mencionam a praça apenas como ponto turístico. Entretanto, a Praça da República e seu derredor possuem monumentos, logradouros e arquitetura que homenageiam a memória local. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar a historicidade da Praça da República, e as confluências culturais deste espaço como potencial para a educação patrimonial. A metodologia consistiu em um levantamento bibliográfico de três diferentes temporalidades desse espaço: 1) Fundação de Corumbá, 2) Retomada de Corumbá, e 3) Banho de São João. Como resultado, nota-se que a Praça da República auxilia na preservação da memória e amplia a participação dos corumbaenses na construção da história local.

Palavras-chave: Confluência. Corumbá. Cultura. Memória. Praça da República.

ABSTRACT

Culture can present itself in relationships and social dynamics. Conforming Santos (2023), culture involves lifestyles, feelings, experiences and the perception of dynamics around us. In this sense, public spaces can tell people's history and culture. Praça da República is a social interaction space and one of the oldest parks in Mato Grosso do Sul. Despite its relevance, studies on the history of Corumbá only mention it as a tourist attraction. However, Praça da República and its surroundings have monuments, streets and architecture in honor of Corumbá's memory. Thusly, this study aimed to analyze the historicity of Praça da República, and the cultural confluences of this space as potential for patrimony education. The methodology consisted of a bibliographical survey of three different temporalities of this space: 1) Corumbá's Foundation, 2) Resumption of Corumbá, and 3) Bath of São João. As a result, Praça da

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Estudos Culturais. PPGCult/UFMS – CPAQ, Licenciada em História (UFMS – CPAN), naira.alva@ufms.br



República space helps preserve local memory, and expands Corumbá's people participation in history making.

Keywords: Confluence. Corumbá. Culture. Memory. Praça da República.

1. INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido neste artigo foi motivado pela compreensão da historicidade e relações da população com o espaço da praça da república. Um breve levantamento de referenciais bibliográficos me chamaram atenção, primeiro por trazerem este espaço como rota de turismo cultural e, principalmente, estudos de urbanismo e patrimônio arquitetônico, onde a praça da república é citada. É dessa maneira que despertou-se em mim a necessidade de expandir o diálogo da importância da praça da república na cidade corumbaense.

A cidade de Corumbá (MS) foi estrategicamente pensada como área de delimitação do território brasileiro. De acordo com Mello (1966, p. 116), a demarcação de Corumbá é resultado do alastramento da fronteira portuguesa, bem como uma forma de garantia preventiva contra possíveis ataques ou invasões de tropas castelhanas. A prevenção contra ataques é legitimada por meio de fortificações de defesa do território, como o Forte Coimbra fundado em 1775, e três anos depois, Albuquerque (atual município de Corumbá). Além disso, temos a Praça da República, local onde iniciou o primeiro agrupamento populacional corumbaense.

O primeiro conjunto populacional de Corumbá, localizado ao redor da Praça da República evidenciou esse contexto de cidade estrategicamente militar. “No século XX, a praça foi uma fortificação militar, com capela e residência das pessoas que habitavam a então Vila de Albuquerque Nova (primeira denominação de Corumbá)”. (Corrêa; Mariani; Esselin, 2018, p. 51-52). A posição privilegiada do espaço, em um ponto alto contribuiu para tal planejamento.

A praça da república está localizada na área central, na parte alta da cidade e com vista a orla do porto geral. Em uma área de quase 6.000 m², a praça foi construída em 1924 (IBGE, 2024). Uma das praças mais antigas do Estado de Mato Grosso do Sul (anterior Sul de Mato Grosso), conta seus registros desde dos primeiros relatos e escritos da fundação da cidade. É nesse cenário cujo conjunto de elementos arquitetônicos e históricos marcam diferentes temporalidades vivenciadas ao longo da historiografia regional e local.

E por meio destas diferentes temporalidades como a fundação da cidade, A retomada de Corumbá e a festividade do banho de São João, que essa apresentação justifica-se, pela possibilidade de um novo olhar para as interfaces entre eventos históricos, personalidades,



materialidades e confluências do patrimônio da praça e seu entorno. Ou seja, a influência na cultura e como os eventos culturais influenciam nos usos dos espaços.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a praça da república em Corumbá-MS, e as confluências deste espaço como potencial para a educação patrimonial. A Educação Patrimonial pode ser entendida como “[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento [...]” (Custódio, Horta, [s.d], p. 05).

Portanto, a educação patrimonial assume importante representatividade no processo de valorização da cultura, partindo de diferentes perspectivas e discursos que possam privilegiar camadas e práticas sociais marginalizadas durante décadas na história.

2. CULTURA, CONFLUÊNCIAS E MEMÓRIA

A Cultura torna-se um campo amplo de vivências, rendendo diálogos, porém como descrito por Santos (2023, p. 12), a cultura passa por um campo complexo sendo entendida como uma coisa padronizada, mercantilizada e colonial. Institucionalizada através dos discursos hegemônicos de poder, e por materializações nos espaços públicos. O autor amplia esse conceito, considerando que não temos cultura, mas sim “modos de vida– modo de ver, de sentir, de fazer as coisas” (Santos, 2023, p. 11). Dessa forma, os bens culturais imateriais, contribuem para compreendermos os diferentes modos de vida.

Os bens culturais imateriais, possibilitam pensar a cultura para além do discurso colonialista e padronizado. São práticas, saberes de amplos segmentos sociais. “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas [...] que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares[...]” (BRASIL, 2014). Apenas dessa maneira, podemos ampliar os sujeitos presentes na construção da história local e dos espaços representando a vida cultural da sociedade.

A vida cultural da sociedade está em constantes transformações, onde forças e resistências se fazem presentes. Para Peixoto (2011, p. 23), a vida cultural é parte ativa no processo de construção de hegemonia, como um campo de lutas, forças múltiplas, espaços de opressões e liberdades. Consequentemente, uma possibilidade para estes diálogos da vida cultural e de uma história com mais campos e menos facetada é a confluência das experiências que podem ser presentes a partir da educação patrimonial.



O conceito de confluência, segue uma linha de compartilhamentos de modos de vivências, organizações de cada sociedade e relações de respeito entre todos esses modos de vida dentro de cada sociedade, sem a necessidade de sobreposições culturais. Segundo Santos (2023):

[...] a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Santos, 2023, p. 4)

Considerar as confluências culturais, dialogar com os bens imateriais das sociedades fortalecem a memória coletiva de um povo. Para Gagnebin (2006, p. 44), a memória esteve ligada ao conceito de “rastros” pela vivência da tensão entre a presença e a ausência. A autora acrescenta que, para a ideia de rememorar como a esteira funerária, erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis (Gagnebin, 2006, p.45). A memória para manter histórias e cantos e para que sujeitos sociais e culturais não caiam em esquecimentos.

A memória funciona como principal ferramenta para a valorização de tradições e dinâmicas culturais e suas transformações no tempo. Refletem a história de um povo. Porém, os questionamentos de que memórias estamos lembrando e quais histórias estamos ouvindo se faz necessário, para não perpetuar uma história única.

A história única pode causar diversos problemas à memória coletiva. De acordo com Adichie (2009), os perigos de uma história única e da força do imaginário é criada a partir de discussões rasas e hegemônicas presentes nos discursos de determinados acontecimentos históricos, povos, religiosidades e identidades. Para Adichie (2009, p. 09) “[...] mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Desse modo, a educação patrimonial combinada com a história oral assume uma importância para experiências de pertencimentos e valorização da cultura local.

O lugar espetacular da história oral é reconhecida pela disciplina acadêmica, que, há muitas décadas, considera totalmente legítimas as fontes testemunhais orais (e, por instantes, dá impressão de julgá-las mais “reveladoras”)” Por sua vez, histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública “ comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado” (Sarlo, 2009, p. 12)

O historiador assume um papel necessário nesse campo de ouvir esses sujeitos marginalizados, em narrativas historicamente hegemônicas. Portanto, cabe métodos e uma escuta qualificada e sistemática “(...) ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória



dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2006, p. 47). As memórias são protagonistas para manter viva a história e a cultura das sociedades.

Portanto, memórias valiosas para a compreensão deste outro lado que contribuem para evidenciar a resistência do continuar existindo. Para Sarlo (2007, p. 9) trabalhar com a história oral é explorar memórias, ao passo de trazer esse passado conflituoso e de subjetividades para uma reflexão, reconstrução e reconstituição de um passado. Onde culturas podem ser compartilhadas e fortalecidas.

2.1 Praça da República: História e Cultura

A primeira descrição do espaço da Praça da República e seu entorno está registrada nos documentos da expedição de Langsdorff pelo município de Corumbá em 1827. A área é descrita como “[...] um terreno um tanto alto e enxuto. Quatro lances de casas em torno de uma praça, uma capelinha intitulada igreja e uma casa para os oficiais de primeira linha, constituem o povoado” (Florence, 1827 apud Mello, 1966, p. 133). Nesse momento, a Praça da República era apenas um terreno cujo derredor estava habitado pelo primeiro agrupamento populacional de Albuquerque.

O primeiro agrupamento populacional de Albuquerque (atual município de Corumbá), instalou-se onde atualmente está localizada a Praça da República, conforme o mapa do Coronel Ricardo Franco demonstra.

Figura 1. Mapa descrito pelo Coronel Ricardo Franco em 1797



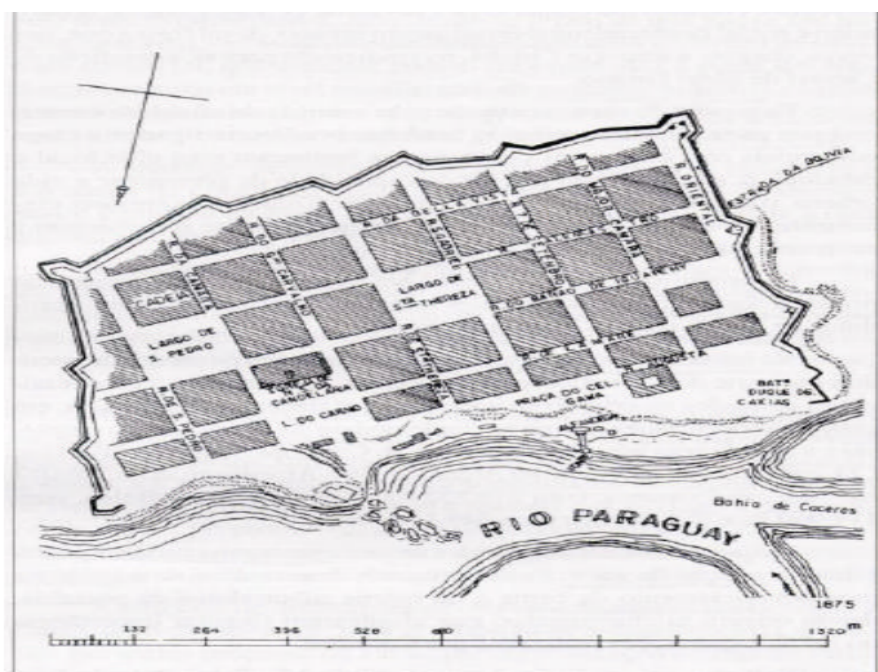
Fonte: MELLO, Raul Silveira de. Corumbá Albuquerque e Ladário. 1966.

Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ

O espaço ocupado pelo agrupamento populacional está inserido numa espécie de quadrilátero, contendo uma pequena capela, onde atualmente encontra-se a matriz Nossa Senhora da Candelária, e no ângulo G, percebemos de forma íngreme, a descida em direção ao Porto Geral, atual ladeira Cunha e Cruz.

A Praça da República, este primeiro local de formação populacional assemelha-se com os primeiros surgimento das cidades Medievais, pois projeta-se próximo ao rio, tendo como parte baixa os casarios do Porto Geral, local onde havia a Rua do Comércio (atual Rua Manoel Cavassa), e subindo a ladeira Cunha e Cruz, estava localizada a Praça da República, entre ruas estreitas formando um quadrado, conforme a figura 2.

Figura 2 - Planta da Cidade de Corumbá (Elaborada a mando do Almirante Delamare em 1859)



Fonte: DELVIZIO, João Bosco Urt. Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. 2004.

O planejamento estrutural da cidade, como mostra Menjot e Boucheron (2005, p. 24) possui “[...] forma quadrilátero, ordenada de acordo com um plano ortogonal em torno de uma praça central com suas retas e largura uniforme [...]” E no ponto mais alto a Igreja Nossa Senhora da Candelária característica desta organização do espaço “[...] no interior do espaço urbano, a Igreja está muito presente com a catedral, muitas vezes situada no coração do habitat [...]” (Idem.p.27). Essas características foram respeitadas ao longo do crescimento urbano da cidade, presentes no cotidiano atual nas ruas centrais corumbaense.



O crescimento urbano colabora para a construção de novas ruas e espaços de convívio social, como as praças. Segundo Delvizio (2004, p. 40) a partir de 1857 a cidade de Corumbá passa por um processo de ampliação de suas ruas com espaçamento largos, áreas arborizadas e praças. Esse planejamento foi direcionado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo Delamare. Vale ressaltar que, a rua principal da Praça da República, frente a ladeira Cunha e cruz é nomeada Rua Delamare em homenagem a tal personalidade. A espacialidade das cidades refletem aspectos importantes da cultura local. Conforme indica Junqueira (2023):

[...] a espacialidade de Corumbá [...] apresenta um planejamento urbano muito similar ao aplicado em cidades antigas: a planta da cidade é regular, semelhante a um padrão geométrico, com uma organização ortogonal das ruas e quarteirões, o que possibilitava uma divisão muito parecida entre os lotes e uma facilidade para a movimentação dentro da urbe (Junqueira, 2023, p. 366).

Nesse sentido, nota-se que a utilização de espaços públicos como as praças, são de grande importância para a compreensão de contextos historiográficos distintos. Junqueira (2023) propõe pensarmos como a reorganização do espaço, e o embelezamento da cidade a partir de seus elementos arquitetônicos, ruas e edifícios pode ser voltada à possibilidade de estudar história antiga.

Um dos fatos históricos antigos ocorrido no município de Corumbá, foi a Guerra do Paraguai². A Guerra do Paraguai iniciou-se em 1864 e estendeu-se até 1870. Para Squinelo (2020, p. 243), a Guerra “[...] é considerada o maior episódio bélico latinoamericano”. O qual Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estiveram envolvidos nesse episódio histórico. Nesse contexto, o Brasil e, principalmente suas fronteiras com o Paraguai se tornam palco de batalhas para fortalecer interesses territoriais, políticos e econômicos. As tensões e ressentimentos com o Paraguai se intensificaram, juntos aos interesses de expansão territorial e marítima, conforme Doratioto (2002):

Nos dias 22 e 24 de dezembro saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso.(...) Na noite de 26 de dezembro, a expedição paraguaia chegou ao forte Coimbra, situado sobre um monte cujo terreno é gradualmente inclinado, até alcançar a margem do rio Paraguai.(...) Coimbra sofreu forte bombardeio e a infantaria paraguaia, com 750 homens, avançou pelo único caminho possível, um desfiladeiro, sob o fogo dos canhões e fuzis brasileiros, perdeu duzentos soldados e teve que recuar (Doratioto, 2002, p. 99-100)

Portocarrero e seus homens buscaram refugio em Corumbá, perseguidos em um trecho pelo coronel Barrios, que se deteve na povoação de Albuquerque, ocupando-a em 1º de janeiro de 1865. Dois dias depois a força paraguaia desembarcou a cerca de doze

² A Guerra do Paraguai (1864-1870) possui diferentes nomenclaturas, decorrentes das distintas interpretações e produções historiográficas ao longo dos anos. Os termos mais comuns são: “Guerra da Tríplice Aliança”, “Guerra contra o Paraguai”, “Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai” (Garcia, 2014, p.17).



quilômetros de Corumbá, que contava com pouco mais de mil habitantes, umas oitenta casas de telha e 149 ranchos cobertos de palha, capela, igreja em construção, quartel e depósitos do Exército e da Marinha. Para sua defesa, a vila dispunha de quatrocentos soldados, 23 canhões, armamento portátil e munição, o suficiente para enfrentar os atacantes e infligir-lhes maiores perdas do que sofreram no ataque a Coimbra (Idem, p.101)

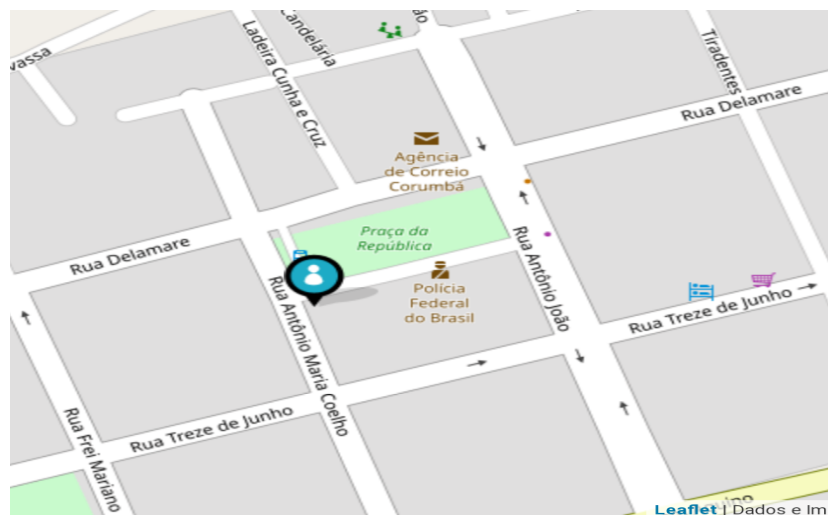
Diante disso, o município de Corumbá, foi invadido por tropas paraguaias, e durante 5 anos a população corumbaense, brasileiros/as e paraguaios/as, fizeram parte de um cenário de perdas materiais, econômicas, da fome, epidemias e mortes. A Praça da República foi palco de uma das últimas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, isto é, da retomada de Corumbá. Esse evento ocorreu em 1867, no município de Corumbá, conforme aponta Doratioto (2002):

“[...] A proposta era a de que se aproveitasse da época de cheia do pantanal para atacar Corumbá pelo sul, em lugar de pelo norte, pelo rio, caminho este previsto pelo inimigo. Couto de Magalhães, ignorando a objeção dos oficiais superiores, comissionou Coelho no posto de coronel e começou a preparar a ação, que resolveu executar ao saber que o coronel Camisão invadira o território paraguaio. Partindo com mil homens e cinco pequenos navios de Cuiabá, o coronel Coelho desceu pelo pantanal até a jusante de Corumbá, onde desembarcou seus homens. Pôde, assim, atacar a vila pelo sudoeste, surpreendendo o inimigo em 13 de junho de 1867” (Doratioto, 2002, p.129, grifo meu)

“[...] Antonio Maria Coelho, conseguiu varrer das terras corumbaenses o inimigo que a ocupava desde 1864. Morreu na refrega o capitão Luiz da Cunha e Cruz que ao arriar a bandeira paraguaia que se achava hasteada no Largo do Carmo, foi esmagado pela valentia do tenente Roas que além de vitimar o capitão, rumou para a bandeira do império e tentou rasga-la, sendo violentamente morto pelo furriel Augusto de Andrade, varando-o a sabre. grifo meu (Almeida, 1988, p. 20, grifo meu)

As nomenclaturas dos logradouros da cidade de Corumbá possuem uma conexão com esses eventos. Alguns exemplos são: o Almirante Cunha e Cruz, o governador Joaquim Raimundo Delamare, o Comandante do 1º Batalhão Provisório de Infantaria de 1867 Antonio Maria Coelho e a Rua Treze de Junho (dia comemorativo da retomada de Corumbá) conforme a figura abaixo.

Figura 3. Logradouros em torno da Praça da República.





Fonte: Rozisca, 2024.

Os logradouros representam uma pequena parcela das figuras históricas da cidade, pois a narrativa histórica sobre os eventos históricos é marcada por disputas de poder. Dessa forma, “[...] as histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder” (Adichie, 2009, p. 09). Os acontecimentos históricos podem ser refletidos na memória coletiva, no imaginário social por meio de ações políticas locais, como institucionalização de desfiles cívico-militar e feriados, conforme aponta a Lei Municipal N° 0985/87:

O Prefeito Municipal de Corumbá Estado de Mato Grosso do Sul República Federativa do Brasil

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá Decreta e EU sanciono a presente Lei:

Artigo 1º – São declarados feriados municipais, em todo território de Corumbá, os seguintes dias de cada ano civil:

a) 02 de fevereiro (consagrado a Nossa Senhora da Candelária, Padroeira de Corumbá); ;

c) 13 de junho (comemorativo a Retomada de Corumbá, feito heróico de Antonio Maria Coelho no ano de 1.867) e

d) 21 de setembro (comemorativo a fundação de Corumbá, ocorrida em 1.778 e por ordem do Capitão General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador da Capitania de Mato Grosso).

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Corumbá, 2008)

Evidentemente, a partir da lei municipal n° 0985/87 tais datas comemorativas referentes ao percurso discutido nesse projeto, nota-se a memória simbólica de um segmento social presente na materialização, e instituições de personalidades hegemônicas. Como os próprios homenageados nos logradouros, na (figura 3), notamos a presença do Obelisco³ em homenagem aos heróis da Guerra contra o Paraguai. Percebe-se também a estátua do Antonio Maria Coelho na Praça da Independência.

³ O Obelisco de Ramsés II que se encontra na praça da República, é uma homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai, ele é uma réplica do existente na Praça da Concórdia em Paris que foi construído a mando do faraó egípcio Ramsés II, em 4000 a.C. (IBGE, 2024)



Figura 4. Estátua em Homenagem a Antonio Maria Coelho (Praça da Independência)



Fonte: Gallo, 2016; Diário Corumbaense

A Praça da Independência ou Jardim Público está localizada no Centro da Cidade, próximo a Praça da República, foi inaugurada em 1917. Segundo o IBGE (2024), os corumbaenses reverenciam, na praça, os heróis da Guerra do Paraguai e da 2ª Guerra Mundial. Seus jardins são destacados pela presença de árvores centenárias, ornamentadas com três lagos rasos. O Jardim da Independência é o local onde são realizadas homenagens aos heróis da retomada de Corumbá representadas nos monumentos.

Figura 5. Praça da República e Matriz Nossa Senhora da Candelária ao fundo.



Fonte: Vera, 2024⁴

⁴ Acervo pessoal de Mateus Vera.



Vale ressaltar, que outros segmentos sociais além das personalidades descritas acima fizeram partes desses eventos históricos. Presentes cada vez mais nas discussões historiográficas tornam-se objetos de estudos em diferentes perspectivas. Trabalhos como: Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: “A presença feminina na Guerra do Paraguai” (Dourado, 2005), “Maldita Guerra Nova história da Guerra do Paraguai” (Doratioto, 2002), “A vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões” (Cancian, 2015), “A Guerra do Paraguai em novos campos de batalha” (Squinel, 2001).

Tais referências textuais dialogam para o apagamento de fronteiras e “[...] reafirmando a importância de não localizar identidades fixas e únicas, mas construções performáticas e mutantes, em processos constantes de deslocamentos e subversões (Furlan & Maio, 2016, p. 161). Assim dizendo, quando voltamos o olhar apenas para as representações dos monumentos materializados no espaço é preciso embriagar-se das dinâmicas sociais ali presente para além do campo visto.

3. CONFLUÊNCIAS DA MEMÓRIA, CULTURA E HISTÓRIA CORUMBAENSE NA PRAÇA DA REPÚBLICA

Ao redor a Praça da República os logradouros Delamare e a Ladeira Cunha e Cruz em conjunto dão visão a uma paisagem contemplativa do rio Paraguai, fazendo parte da área de entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, tombado pelo Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional), sendo o ILA (Instituto Luiz de Albuquerque (IPHAN), e a Catedral Nossa Senhora da Candelária⁵, também se tornam espaço de uns dos mais importantes eventos culturais do município, o cortejo do banho de São João.⁶

No alto da Ladeira Cunha e Cruz, enfeitada para o evento, festeiros e devotos reúnem-se desde o início da noite para descer com seus andores em direção ao rio Paraguai. Ao chegar na Ladeira, organizadores do poder público anunciam a chegada dos andores à população, que, aglomerada no Porto ou às margens da Ladeira, aguarda para assistir e participar dos cortejos. No trajeto entre a praça, de onde se inicia a Ladeira, e o Porto Geral os andores são saudados e acompanhados

⁵ O Município a partir do Decreto 1.748/2017, Declara como Patrimônio Histórico e Cultural, para fins de tombamento a Catedral Nossa Senhora da Candelária. Diário Oficial de Corumbá. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/3561>

⁶ O Banho de São João é uma manifestação de fé e alegria que acontece na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho, nas cidades pantaneiras de Corumbá e Ladário, situadas às margens do rio Paraguai, em Mato Grosso do Sul. A devoção a São João extrapola os limites de credos e religiões em Corumbá e Ladário, sendo cultuado por devotos católicos, kardecistas e de religiões de matriz afro-brasileira, como candomblé e umbanda, nas quais São João é sincretizado como Xangô (IPHAN, Dossiê de Registro. 2019, p. 01-04).



por pequenas bandas de músicos, ali dispostas de forma intercalada e organizada pelo poder público municipal para executar o tradicional hino de São João (BRASIL, 2019, p.4-5).

Dessa maneira, observamos a cultura do povo corumbaense, demonstrada na figura abaixo, utilizando desse espaço para praticar sua fé e o festejo, que parte de uma confluência, pois na ladeira durante a festividade, católicos, a umbanda, o candomblé e os turistas de diferentes lugares comemoram passando em baixos dos andores, e fazendo seus pedidos. Para Santos (2023, p. 4) “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende”. Esse é um dos momentos de utilização desse espaço.

Figura 5. Cortejo dos Andores na Ladeira Cunha e Cruz.



Fonte: BRASIL, 2019.

A utilização dos espaços para os eventos culturais, como o Banho de São João e as festas de oferendas para Iemanjá não só mantém memórias coletivas com os espaços, como também corroboram para sua manutenção e preservação. Assim poderíamos pensar em manter a palavra, as histórias, e os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não esquecerem do futuro (Gagnebin, 2006, p. 15). Além disso, as memórias compartilhadas pelos sujeitos sociais nos usos dos espaços colaboram para a sua preservação.

De acordo com o IPHAN (BRASIL, 2019, p. 25), com a inserção de Corumbá, no Programa Monumenta no ano de 2002, a orla do porto geral foi readequada tanto em espacialidade quanto em estética, porém o encontro da ladeira cunha e cruz e o porto não sofreu interferência urbanística, principalmente pelas utilizações deste espaço pela população.



No polo extremo do conjunto arquitetônico do casario do Porto de Corumbá, ao final da ladeira Cunha e Cruz onde se dá o acesso ao rio, a estrutura permanece inalterada.(...) Como tal, o espaço foi preservado da intervenção urbanística a fim de que possam ser praticadas as tradições religiosas e sagradas do povo corumbaense. (BRASIL. 2019, p. 25-26).

A ladeira cunha e cruz, mantém suas memórias com os festejos, nos símbolos de resistência da população, das religiosidades, da fé, das dinâmicas sociais ali presente. A mesma mantém suas memórias vivíssimas com o episódio da retomada de Corumbá. E a cada 13 de junho é comemorado, com solenidade ao Antonio Maria Coelho, e a cada dia 21 de Setembro comemorado a fundação da cidade com os desfiles cívicos e hasteadas da bandeira, legitimadas através da Lei Municipal Nº 0985/87 , com os feriados municipais. De acordo com Gagnebin (2006), uma das formas de lutar contra o esquecimento é manter a memória, as palavras vivas e comemorativas.

É necessária uma reflexão cautelosa de quais memórias estão representadas materializadas na Praça da República, ao seu redor, logradouros e na cidade. Os heróis, que foram muitos, presentes nesses cinco anos de conflito desde mulheres, idosos, crianças, escravizados/as , migrantes, indígenas e pobres, dividiram uma mesma realidade, a ânsia pelo fim da guerra. Vale ressaltar, que essas últimas personalidades não são encontradas materializadas pelas praças da cidade.

O que nos chama atenção são as figuras que se fazem presentes em homenagens. Para Adichie (2009, p. 9) falar de história única é falar sobre poder. A autora utiliza o termo nkali, substantivo que em tradução livre significa “ser maior do que o outro”. Dessa maneira, tais figuras representadas na praça da república, em suas temporalidades e espaço ocupavam lugares privilegiados, altos cargos, figuras letradas, a serviço e a fervor de uma nacionalidade patriótica.

As espacialidades das cidades refletem aspectos importantes como a própria estruturação da cidade com fortes influências militares, a fundação da cidade como uma espécie de fortificação, com trincheiras protetoras, próxima ao rio, capitânia e a capela. Atualmente, as representações de militares nas praças, nomeando os logradouros, a grande catedral ao redor das praças, a capitânia, e as fortificações, exemplos do Forte de Coimbra e o Forte Junqueira. Para Menjot e Boucheron (2005), os estabelecimentos religiosos multiplicam-se com as instalações das forças militares e tais características urbanísticas reforçam a ideia de poder.

Precisamos estabelecer diálogos que partem dos personagens materializados na praça para evidenciar outros lados da história, através do patrimônio imaterial. Segundo Sarlo (2007, p. 12), “[...] tempo do passado não pode ser eliminado, e é perseguidor que escraviza ou liberta”. Sendo assim, evidenciar os sujeitos sociais invisibilizados, presentes na construção deste



espaço, é rememorar todavia, sua cultura, pois os mesmos representam-se, e falam por si, nos eventos culturais da cidade, como a festividade do banho de São João.

Portanto, analisar a confluência da história e da cultura no espaço corumbaense, são resistências que contribuem para o apagamento de fronteiras e o perigo do esquecimento. Sendo assim, Furlan e Maio (2016, p. 167), acreditam que devemos lutar contra imposições binárias, hierarquizadas, produtora de dissidências, apostando no devir, na solidariedade e na ética das relações sociais. Repensando e ressignificando as noções de cultura, caminhando para o que Peixoto (2011) nos apresenta como novos caminhos para a narrativa e produção historiográfica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praça da república como espaço de estudo nos oferece distintas abordagens desde a arquitetura, dinâmicas sociais, festividades e formação de uma cidade e de diferentes modos de vida. Partindo destas diferentes temporalidades este estudo destinou-se a analisar as confluências do espaço da praça da república na história e cultura corumbaense. Desse modo, a finalidade do trabalho caminhou em demonstrar que a educação patrimonial, possibilita um campo de diversos leques que envolva a população, como a história oral no reavivar da memória.

A educação patrimonial é de suma importância e deve ser combinada com o leque de conhecimentos e experiências do monitor. Afinal, é este monitor que através de amplos discursos despertará um campo de visualizações a estes moradores, bem como uma absorção de conhecimentos. Sendo assim, novos significados são atribuídos a esse patrimônio materializado neste espaço.

Portanto, a educação patrimonial transforma o viver das pessoas, colabora para uma melhor compreensão do pertencimento à vida e as transformações do espaço. Assim, é necessário a atuação do poder público nos investimentos da Educação Patrimonial e a importância do agente cultural, monitores, professores para a ampliação de discussões do patrimônio.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Valério d'. **Centenário da tomada da vila de Corumbá**. Corumbá: Prefeitura de Corumbá, 1988.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449530>
Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449610>
Acesso em : 18 jun. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de Registro Banho de São João de Corumbá/Ladário - MS**: subsídios para registro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Campo Grande: IPHAN, 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 01/maio/2024.

CANCIAN, E. ; CANCIAN, E.A. . **A vila de Corumbá e a Guerra Grande**:algumas reflexões. História: Debates e Tendências , v. 15, p. 398-410, 2015.

CORRÊA, Dalva Maciel; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ESSELIN, Paulo Marcos. **A Guerra da Tríplice Aliança como Campo de Possibilidade para o Desenvolvimento da Atividade Turística em Corumbá-MS**. CULTUR. 2018.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Museu Imperial / DEPRM - IPHAN - MINC. [s.d]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf

CORUMBÁ. **Decreto 17482017 Tombamento Candelária**. 15 fev. 2017. Corumbá-MS. Disponível em: <https://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/3561> Acesso em: 13 jun. 2024.

CORUMBÁ. **Requalificação**: entenda o que foi feito no Jardim da Independência. Fotos de Anderson Gallo. 2016. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=86286> Acesso em: 07 ago. 2024.

CORUMBÁ. **Feriados Municipais**. Lei Municipal nº 0985/87 modifica a lei municipal nº 496, de 03/02/1.967, e dá outras providências. Disponível em: <https://ww2.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/feriados-municipais/> Acesso em: 13 jun. 2024

DELVIZIO, João Bosco Urt. **Patrimônio Arquitetônico de Corumbá**: Um Olhar sobre a Arquitetura Moderna na Perspectiva da Memória e Desenvolvimento Local. Dissertação de Mestrado, Campo Grande, 2004.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano . **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. 1. ed. Campo Grande MS: Editora UFMS, 2005. v. 7. 135p

FURLAN, C.C., and MAIO, E.R. Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução? In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 157-177. ISBN: 978-85-232-1866-9.



GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018. (pp. 39-48).

GARCIA, Gabriel Ignácio. **A Guerra do Paraguai em Diferentes Interpretações**. Curitiba: Cadernos de Clio. 2014.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. **A História Antiga contada através do olhar: os resquícios dos elementos da arquitetura da antiguidade nas fachadas de Corumbá (MS)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 17, n. 33, p. 360-390, 2023.

MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 2, 1966.

MENJOT, Denis; BOUCHEREON, Patrick. **O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano**. As cidades no tempo. Franca, UNESP, São Paulo, Olho d'Água, 2005. p. 17 - 36.

PEIXOTO, M. do R. da C. **Saberes e sabores ou conversas sobre história e literatura**. In. Revista História & Perspectivas, [S. l.], v. 24, n. 45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19401>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROZISCA, José Gilberto. **Fundação de Cultura de Corumbá N° SNIIC: O-3970**. Mapa da Cultura. 27 set .2013. Disponível em: <https://mapas.cultura.gov.br/agente/200832/> Acesso em: 04 jun. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora/Piseagrama, 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. Companhia das Letras, Belo Horizonte. UFMG, 2007. p. 09-22.

SQUINELO, A. P. **Produção técnico-científica acerca da Guerra do Paraguai em Mato Grosso do Sul: um balanço historiográfico (1996-2006)**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).